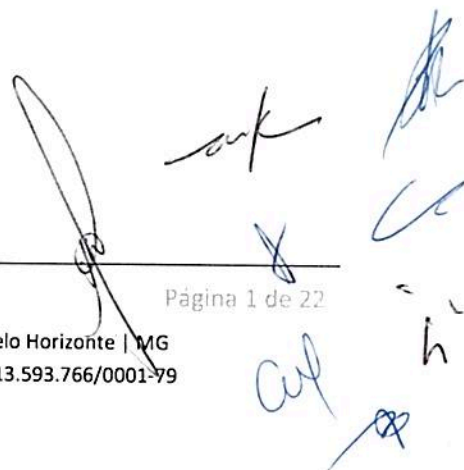


CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018



IDENTIFICAÇÃO

- **CNPJ:** 13.593.766/0001-79
- **Sede:** Belo Horizonte
- **Tipo de estatal:** Sociedade de Economia Mista, de menor porte, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303/2016
- **Acionista controlador:** Município de Belo Horizonte
- **Tipo societário:** Sociedade Anônima
- **Tipo de capital:** Fechado
- **Composição acionária:** Município de Belo Horizonte: 99,99945512% das ações, Prodabel 0,00027092% e BHTrans 0,00027396%.
- **Abrangência de atuação:** Municipal, com possibilidade de ampliação para nacional
- **Setor de atuação¹:** Primária: Securitização de créditos. Secundárias: administração de obras; outras sociedades de participação; gestão e administração da propriedade imobiliária; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de engenharia; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; administração pública em geral.
- **Diretor Presidente:** Pedro Meneguetti, (31) 3246-7044, meneguetti@pbhativos.com.br
- **Auditores Independentes:** BDO RCS Auditores Independentes - SS
- **Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:** Fuad Jorge Noman Filho, Pedro Meneguetti, Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes, André Abreu Reis, Maria Fernandes Caldas, Paulo Roberto Lamac Júnior, Adriana Branco Cerqueira, Leonardo de Araújo Ferraz e Josué Costa Valadão
- **Data de divulgação:** 14/12/2018

¹ Conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE

CAPÍTULO I
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Interesse público

A PBH Ativos, nos termos de sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010 oferece suporte técnico especializado à Administração Pública na execução das políticas públicas e captação de recursos para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A empresa é responsável por auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

A PBH Ativos pode prestar serviços de consultoria relacionados ao seu objeto social aos órgãos, às entidades e às empresas estatais da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do Decreto Municipal nº 16.950/2018.

2. Políticas públicas

O Município de Belo Horizonte, no intuito de captar recursos e alcançar melhores resultados em investimentos, optou pela modalidade de estruturação financeira intitulada securitização de recebíveis, na qual são ofertados títulos mobiliários aos investidores do mercado de capitais, cujos pagamentos são realizados por um determinado fluxo de recebíveis. Assim, é

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

possível garantir recursos imediatos para viabilizar os investimentos necessários ao atendimento das políticas públicas do Município.

Essa operação somente é possível com o envolvimento da PBH Ativos, empresa estatal não dependente do Tesouro, responsável por estruturar e gerir essa operação, sempre em consonância com as normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas Resoluções do Senado Federal, garantindo, assim, a legalidade e transparência de todo o processo.

A PBH Ativos destaca-se ainda pela expertise necessária para o desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões, concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam, à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte e de outros entes, executar políticas públicas que promovam seu desenvolvimento.

A Companhia também é a responsável por constituir garantias nos contratos de PPPs, oportunidade em que o Poder Público assume a obrigação por pagamentos periódicos e de longo prazo a um parceiro privado pela prestação de determinado objeto.

Nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, compete ainda à PBH Ativos prover suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP, com atribuições de: (i) coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação; (ii) prestar assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP e (iii) coordenar o processo de negociação envolvendo pleitos e questões econômico-financeiras que possam gerar aditivos contratuais, atuando como mandatária do Município nos limites previamente estipulados pelo CGP.

A PBH Ativos realiza a gestão do seu patrimônio imobiliário, com especial atenção na regularização cadastral e respectiva manutenção de seu ativo imobiliário perante os órgãos de registro competentes, propiciando o resguardo da posse e propriedade do seu patrimônio que inclui 27 (vinte e sete) terrenos, sendo: a) 20 (vinte) deles integralizados como capital

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

social da empresa, conforme a Lei Municipal 10.699/2014 e; b) 07 (sete) adquiridos em 2012, com recursos próprios e já quitados perante a Caixa Econômica Federal.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A PBH Ativos tem celebrado com o Município Contratos de Metas e Desempenho para os exercícios 2017 e 2018, nos quais são previstas ações de melhoria de gestão, melhor detalhadas no Capítulo II – Da Governança Corporativa, e por ações Intersetoriais, melhor detalhadas no Item 5 - Impactos da operacionalização das políticas públicas deste Capítulo.

Em 2017, a conclusão do Município em relação ao atingimento de metas e desempenho da PBH Ativos foi:

SÍNTESE ANALÍTICA

1. A nota do Contrato, com um resultado de 7,40, teve uma execução acima da média dos demais órgãos da PBH, mesmo contendo um bom nível de desafio em suas metas.
2. Merecem destaque positivo as entregas de ações intersetoriais relevantes, como os estudos do Parque das Mangabeiras, dos campos de futebol e dos cemitérios.
3. Contribuíram para reduzir o resultado as não entregas da PMI da Pampulha e dos demais parques do município.
4. A principal dificuldade observada na execução do Contrato foram as ações intersetoriais, que em virtude de especificidades de relacionamento e de redirecionamento de estratégias não puderam ser cumpridas em sua completude.

Em 2018, ainda não houve o fechamento do Contrato celebrado, mas a Companhia moveu esforços para alcançar a excelência e firmar-se como uma referência no apoio à viabilização de políticas públicas.

Para 2019, além de um novo Contrato de Metas e Desempenhos a ser celebrado, a Companhia recém traçou novas metas no Plano Estratégico 2019-2023 (resultado da revisão do Plano Estratégico 2017-2021), dentre as quais destacam-se:

- a) Possibilitar ao Município a captação de R\$100 milhões até 2023;
- b) Entregar anualmente 02 projetos demandados pelo Município;
- c) Entregar 05 novos projetos viáveis até 2021;
- d) Ter, no mínimo, 2 novas fontes de receita até 2021;
- e) Atingir, até 2021, receita anual de R\$10 milhões com as novas fontes;

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

f) Revisar todas as rotinas administrativas, com base na implantação do ERP e da edição dos Manuais de PMI/MIP e PPP, até 2019.

4. Recursos para custeio das políticas públicas

É importante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 103.003/2010, auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte, ou conforme a prestação de serviços a órgãos, entidades e empresas estatais da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do Decreto Municipal nº 16.950/2018, que regulamentou o inciso XII do art. 2º da citada Lei.

A PBH Ativos possui uma estrutura muito técnica e reduzida, portanto, de baixo custo, voltada para a consultoria, assessoria e estruturação de projetos de PPP's, concessões e permissões em diversas áreas, sendo pioneira na captação de recursos financeiros para o Município, via securitização de recebíveis.

Os recursos viabilizados via securitização e prestação de serviços são (i) utilizados na amortização das debêntures de mercado e das subordinadas; (ii) revertidos para a manutenção da empresa, considerando que a Companhia não é financiada nem custeada pelo Tesouro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010, e (iii) distribuídos aos acionistas, que por sua vez investem nas políticas públicas municipais.

Atualmente, a operação pode ser assim demonstrada²:

DEBÊNTURES SUBORDINADAS	
TOTAL EMISSÃO	880.320.000,00
VALOR AMORTIZADO	609.328.239,98
SALDO DEVEDOR	408.553.961,16
DEBÊNTURES DE MERCADO	
TOTAL EMISSÃO	230.000.000,00
VALOR AMORTIZADO	245.511.938,08
VALOR JUROS PAGOS	51.122.552,95
SALDO DEVEDOR	28.323.805,44

² Dados de 19/11/2018, conforme Gerência Financeira.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Em 2017 e em 2018 foram distribuídos dividendos, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 10 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente.

Dessa forma a PBH Ativos se mantém e contribui com a captação de recursos para custeio das políticas públicas do Município de Belo Horizonte.

5. Impactos da operacionalização das políticas públicas

A operacionalização de parte de importantes políticas públicas que são desenvolvidas pelo Município de Belo Horizonte, ocorrem baseadas na expertise da PBH Ativos. Os indicadores para as tomadas de decisão são sustentados por detalhados estudos de viabilidade econômico-financeira que levam em consideração, especialmente, a vantagem para os munícipes, o impacto social e o baixo custo para o Município de Belo Horizonte.

A Companhia distribui não apenas dividendos financeiros, mas dividendos sociais, mediante atuação em conformidade com seu objeto social, em projetos intersetoriais previstos no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte, e noutros projetos, como segue abaixo.

O projeto da PPP da Educação³ é garantido pela PBH Ativos. Surgiu com o objetivo de atender aos projetos de expansão do ensino infantil e da escola integrada, definidos no Plano Estratégico de Belo Horizonte em 2009, viabilizando a construção de 46 Escolas Municipais de Ensino Infantil – EMEIs (antigamente chamadas Unidades Municipais de Ensino Infantil - UMEIs) e 05 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs).

As novas unidades das EMEIs permitiram a criação de 20.240 vagas para crianças de 0 a 5 anos, em 34 meses, desde o início da construção da primeira escola, em 2013, até a entrega da última, em dezembro de 2015. E, em relação as construções das escolas de ensino fundamental, em um prazo de 24 meses, o incremento foi de 4.800 vagas para os alunos da rede municipal.

³ Outras informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps-2/educacao/> e <http://www.inovabh.com.br/>

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Vale destacar que o projeto atraiu a atenção de outras prefeituras e governos estaduais e até mesmo de outros países, como Colômbia e Uruguai, todos interessados em replicar o modelo que já amplamente difundido no Reino Unido e com experiências semelhantes bem-sucedidas em países como Canadá, Austrália e Alemanha.

Destaca-se que Belo Horizonte é a primeira capital do país a operacionalizar um contrato de PPP de Iluminação Pública⁴, que contou com a modelagem final, econômico-financeira e jurídica, da PBH Ativos. O projeto prevê a substituição de todos os 182 mil pontos de luz da cidade por luminárias LED. A modernização é apenas um dos objetivos do projeto da PPP de Iluminação Pública, desenvolvido pela PBH Ativos e motivado pela resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que passou para os municípios a gestão e manutenção dos ativos de iluminação pública. Em maio de 2017, foi dada a ordem de serviço para o início da substituição das 182.000 luminárias de vapor de sódio por novas luminárias de LED. Ao menos 20% das luminárias deverão adotar o sistema de telegestão, que permite o monitoramento pelo Centro de Controle e, ainda, a incorporação de tecnologias, como internet *wi-fi* e câmeras, entre outras, alinhadas com o conceito de *Smart Cities* (Cidades Inteligentes). A expectativa é que haja a eficientização das unidades de iluminação pública por meio da redução de, no mínimo, 45% da Carga Instalada Média.

Já a Parceria Público Privada do Hospital Metropolitano - HMDCC⁵, também garantida pela PBH Ativos, atende à uma demanda antiga da população, de ampliação do acesso a serviços de saúde. O HMDCC ocupa uma área construída de 46.000 m², com 13 andares e um heliponto. São 460 leitos, sendo 80 de CTI, e 16 salas de cirurgias, com capacidade de atendimento mensal de 2.000 internações, sendo 1.000 delas cirúrgicas, 3.400 consultas de pré e pós-operatório e 20.000 exames. O HMDCC tem perfil de atenção em urgência e emergência clínica, cirúrgica e AVC com atendimento referenciado e regulado pela Central de Internação. É referência para a Rede SUS-BH e para o Estado no atendimento de alta complexidade em diversas especialidades.

Ainda na área da saúde, estuda-se a possibilidade de a PBH Ativos atuar como garantidora na PPP da Atenção Primária (PPP da UBS), de forma que seja possível ao Município dar

⁴ Outras informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps-2/ppp-iluminacao-publica-2/> e <http://www.bhip.com.br/home/>

⁵ Outras informações disponíveis em: <http://www.hmdcc.com.br/estrutura/>

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

eficácia parcial ao contrato de concessão administrativa celebrado para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura a rede de atenção primária à saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de nova unidades.

Trata-se de importante iniciativa do Município de Belo Horizonte que utiliza a Estratégia Saúde da Família como modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS). O Centro de Saúde é a principal porta de entrada do usuário no Sistema de Saúde e coordenador do cuidado no território. A APS é orientada pelos princípios do SUS e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, que são: universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização, equidade e participação social.

Além desses contratos já celebrados, a PBH Ativos modelou o projeto de modernização do Estacionamento Rotativo, mediante credenciamento de empresas para distribuição, por meio de tecnologia digital, de créditos eletrônicos do Rotativo Digital aos Postos Fixos de Venda (PFDV) para que estes comercializem aos usuários do estacionamento rotativo nas vias, logradouros e áreas públicas do município de Belo Horizonte.

O Sistema Rotativo aumenta a oferta de vagas nas regiões de grande concentração de comércio, serviços e lazer, oferecendo aos motoristas mais facilidade de estacionamento, e contribui para melhorar a qualidade de vida, com o aumento da fluidez do trânsito. A receita líquida é revertida para projetos de melhoria do sistema viário da cidade, conforme demonstrativo publicado trimestralmente na capa do talão de estacionamento. As vagas de Estacionamento Rotativo estão localizadas nas regiões de grande concentração de comércio, serviços e lazer, permitindo que mais veículos estacionem e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, com o aumento da fluidez do trânsito⁶.

No que se refere ao Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, a PBH Ativos lançou editais de relevante interesse público: (i) Mercados Municipais e (ii) Energias Renováveis.

⁶ Informações disponíveis em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transportes/veiculos/informacoes-sobre-estacionamento-rotativo>

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

O PMI dos Mercados Municipais⁷ tem como objetivo de identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável e que propicie a recuperação dos mercados como ponto de convivência para a comunidade. Atualmente está em fase de análise dos estudos recebidos pela PBH Ativos, que modelará a concessão.

O projeto envolve: (i) Mercado Distrital do Cruzeiro; (ii) a Central de Abastecimento Municipal (Feira do Bairro São Paulo); (iii) o Mercado da Lagoinha; (iv) a Feira Coberta do Padre Eustáquio – FECOPE; (v) Mercado Distrital de Santa Tereza e (vi) o Mercado Novo (4ª Laje).

O PMI das Energias Renováveis⁸ significa um importante passo para viabilizar a instalação, operação e manutenção de central(is) geradora(s) de energia por meio de células fotovoltaicas e por meio aproveitamento energético da biomassa oriunda dos resíduos da poda, supressão, secção de raízes e destoca de árvores nas vias públicas municipais, incluindo a execução destes serviços (poda, supressão, secção de raízes e destoca), bem como o transporte de seus resíduos até a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040 – CTRS BR-040. O prazo para recebimento dos estudos está aberto

Na área de esporte, lazer e meio ambiente, destacam-se as modelagens jurídica e econômico-financeira da PBH Ativos para (i) a permissão de 02 (dois) campos de futebol cuja licitação está na fase interna e (ii) a concessão dos serviços turísticos, de alimentação, de estacionamento e de parque esportivo do Parque das Mangabeiras, também na fase interna da licitação.

6. Comentários dos administradores

A PBH Ativos desempenha um papel crucial no Município de Belo Horizonte sendo responsável pela viabilização de parte de projetos de grande impacto para todos os municípios.

Em nome próprio e por sua responsabilidade, cabe à Companhia administrar e explorar economicamente ativos próprios, auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações, licitar ou

⁷ Informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/2018/03/07/pmi-mercados/>

⁸ Acesso em 03/12/2018. Disponível em <http://pbhativos.com.br/2018/07/27/pmi-energias-renovaveis/>

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município, auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento e, dentre outros, buscar a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

A empresa desenvolve papel importante nas PPPs e concessões em andamento, sendo ainda Secretária Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP, nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017.

Em caso de novos projetos do Município de Belo Horizonte, pode auxiliar na estruturação jurídica e econômico-financeira, sendo reembolsada pelas despesas nos termos dos convênios celebrados, o que viabiliza parte das suas receitas que são próprias, já que a empresa é independente do Tesouro Municipal.

No caso de novos contratos de PPPs celebrados pelo Município, os parceiros privados que vencerem a licitação serão obrigados, nos termos do edital, a pagar à PBH Ativos um valor pré-fixado, que visa, inclusive, ressarcir a companhia pelos custos dos serviços de modelagem econômica e jurídica do projeto.

A atuação ainda tende a se ampliar, conforme Decreto Municipal nº 16.950/2018, que regulamenta as atividades a que se refere o inciso XII do art. 2º da Lei nº 10.003/2010, considerando que os serviços de consultoria relacionados ao objeto social da sociedade podem ser prestados aos órgãos, às entidades e às empresas estatais da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Boa parte do trabalho desenvolvido pode ser observado no Item 5 deste Capítulo, bem como no Capítulo II desta Carta.

Os ganhos experimentados pela população reforçam, cada vez mais, o quanto as atividades desenvolvidas vão ao encontro dos objetivos perseguidos pela Administração Pública.

Tanto, que no Contrato de Metas e Desempenho - 2017 obteve a exitosa nota de 7,4, sendo a atuação da Empresa considerada pelo Município como de execução acima da média dos

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

demais órgãos e entidades da administração municipal, mesmo com relevante grau de desafio nas metas.

A PBH Ativos espera ter mantido a boa atuação no Contrato de Metas de 2018, cujo resultado é aguardado, e a expectativa é a de manter a boa atuação nos próximos exercícios, sempre com amparo em seus valores: ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência.

7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A administração da PBH Ativos é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado.

Enquanto sociedade anônima de capital fechado integrante da Administração Indireta, a companhia é submetida à legislação pertinente e às imposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia implementou uma série de ações no sentido de atender às melhores práticas de governança corporativa, o que inclui o compromisso com a transparência e criação de área de *compliance*, chamada de Escritório de *Compliance* e Gestão de Riscos, em fase de estruturação.

A empresa editou uma série de instrumentos que norteiam toda a atuação da companhia, melhor orientando a gestão e os empregados, cumprindo a meta estabelecida no Contrato de Metas e Desempenho - 2018:

- a) Política de Integridade e Anticorrupção;
- b) Política de Gestão de Riscos;
- c) Código de Conduta Ética e de Integridade;
- d) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- e) Política de Classificação de Informações;
- f) Política de Distribuição de Dividendos;
- g) Política de Gestão de Pessoas;
- h) Política de Indicação;

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

- i) Política de Porta Vozes;
- j) Política de Divulgação de Informações;
- k) Política de Transação com as Partes Relacionadas.

Além disso o Estatuto da Companhia foi reformado e o Regimento Interno editado.

A Empresa instituiu pela Portaria 013/2018, a Comissão de Ética que possui, além das funções previstas no Código de Conduta Ética e Integridade, o papel de zelar pelo canal de denúncias, garantindo aos interlocutores adequada resposta e apuração dos fatos.

Quanto a transparência, a PBH Ativos reformulou inteiramente seu site oficial, enriquecendo informações de forma ativa, de forma a ampliar a divulgação das ações da Companhia.

Quanto a gestão dos riscos na PBH Ativos, o principal objetivo é a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente os objetivos estratégicos da companhia, bem como a perenidade da empresa.

A análise SWOT ou análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é a ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico da PBH Ativos conforme o Plano Estratégico 2017-2021 e sua revisão atual, Plano Estratégico 2019-2023:

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

	Positivo	Negativo
	FORÇAS (Strengths)	FRAQUEZAS (Weaknesses)
Interno	S1. Qualificação técnica e comprometimento da equipe; S2. Empresa estatal não dependente do Tesouro; S3. Patrimônio robusto; S4. Expertise em modelagem jurídica e econômico-financeira de projetos de PPP, concessão, permissão e gestão de debêntures; S5. Capacidade de identificação de projetos para viabilizar políticas públicas; S6. Transparência e confiabilidade nos processos administrativos e financeiros com o uso do Sistema de Gestão Integrado; S7. Transparência e acesso à informação facilitados no site institucional; S8. Ambiente institucional saudável e cooperativo; S9. Decisões colegiadas, com oportunidade de argumentação técnica; S10. Políticas de governança em consolidação; S11. Processos de trabalho da Diretoria Executiva mapeados.	W1. Incerteza e dificuldade em celebrar convênios/contratos com outros órgãos e entidades; W2. Fonte única de receita relevante; W3. Política de comunicação ainda pouco efetiva, singela; W4. Quadro de pessoal enxuto, podendo afetar a capacidade operacional e pessoalizando as atividades; W5. Espaço físico inadequado para o exercício das atividades.
	OPORTUNIDADES (Opportunities)	AMEAÇAS / RISCOS (Threats)
Externo	O1. Carência de outros entes por consultoria especializada em parcerias em projetos de infraestrutura; O2. Demandas do Município por novas soluções para captação de recursos; O3. Possibilidade de geração de receitas por meio de imóveis próprios; O4. Possibilidade de recebimento de percentual sobre os negócios modelados; O5. Possibilidade de captação de recurso subsidiado; O6. Possibilidade de nova emissão de debêntures; O7. Revisão de processos de trabalho, com a edição dos Manuais de PM/MMP e de PPPs; O8. Fortalecimento da governança; O9. Reconhecimento por parte do mercado em que atua.	T1. Alterações e inovações legislativas; T2. Ações judiciais; T3. Arrecadação reduzida de forma a afetar o limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida - RCL (PPPs); T4. Capacidade financeira limitada para a constituição de garantias para as PPPs; T5. Fim da operação de debêntures, com conseqüente redução de receita; T6. Pouco conhecimento da concorrência no mercado de consultoria em projetos de infraestrutura; T7. Novos profissionais nomeados não estarem tecnicamente nivelados; T8. Incerteza sobre alíquotas tributárias aplicáveis, em razão da inexistência de legislação específica.

8. Fatores de Risco

Os riscos identificados pela PBH Ativos são considerados nas questões estratégicas, operacionais, financeiras e de conformidade.

Uma vez analisados na matriz SWOT, as metas, diretrizes e ações voltadas para o atingimento dos objetivos empresariais, somente são definidas, observando os riscos e constam no Plano Estratégico 2019-2023.

9. Remuneração

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Os valores são norteados pela remuneração aplicada aos agentes públicos e empregados do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010. A remuneração dos empregados observa, ainda, acordo e/ou convenções coletivas de trabalho celebradas anualmente.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

A remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e empregados são divulgadas no site institucional⁹.

10. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas.

É importante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010, auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte, ou conforme a prestação de serviços a órgãos, entidades e empresas estatais da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do Decreto Municipal nº 16.950/2018, que regulamentou o inciso XII do art. 2º da citada Lei.

⁹ <http://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>

CAPÍTULO II
DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. Atividades desenvolvidas

A PBH Ativos é a empresa que tem, como função precípua, viabilizar políticas públicas da Administração Pública, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades:

- a) estruturar e gerir a operação de securitização de recebíveis para o Município
- b) realizar estudos de modelagem de concessões e PPPs;
- c) constituir garantias nos contratos de parcerias público-privadas assinados pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

Como resultado das atividades desenvolvidas, as Receitas Operacionais foram contabilizadas como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia, conforme demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2018, auditadas, totalizaram R\$ 30,3 milhões, em decorrência principalmente da atualização do saldo devedor dos créditos a receber no longo prazo da Companhia. As Receitas Financeiras Líquidas totalizaram R\$ 4,4 milhões, no mesmo período, e decorrem basicamente de aplicações financeiras. Já o Lucro Líquido apurado foi de R\$ 7,4 milhões.

Em 2017 e em 2018 foram distribuídos dividendos, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 10 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente.

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

Nos termos da Instrução Normativa nº 10/2018, a PBH Ativos aprovou em reunião da Diretoria Geral realizada no dia 3 de abril de 2018 e, reunião do Conselho de Administração em 12 de abril de 2018, sua Política de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos da companhia tem a finalidade de instituir premissas, diretrizes processuais e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos institucionais da Sociedade.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Como diretrizes estão a identificação, a avaliação, a priorização, o tratamento, o controle, a comunicação e o monitoramento dos riscos com foco na melhoria dos negócios, movendo esforços para manter uma estrutura apropriada de governança de risco.

Uma vez editada a Política de Gestão de Riscos, a expectativa é, a partir de 2019, que o Escritório de *Compliance* e Gestão de Riscos, cujos membros foram indicados pela Portaria 015/2018, defina qual metodologia de gestão de riscos (ISO, COSO ou outra) será adotada.

As questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos corporativos são de competência do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade. Cabe ao Conselho, ainda, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios, bem como, aprovar o plano de negócios anual e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos.

A Diretoria, por sua vez, é quem deve propor ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Sociedade, sempre comprometida com a implementação das estratégias e diretrizes da Sociedade respeitando as melhores práticas de governança corporativa e políticas internas, patrocinando, ainda, a implantação da gestão de riscos corporativos da sociedade alocando recursos necessários às atividades de gerenciamento de riscos.

As ações da alta administração ainda são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei Federal 6.404/1976 e Estatuto.

A Companhia também conta com auditoria independente¹⁰, contratada mediante licitação que realiza o acompanhamento da gestão e a auditoria do balanço semestralmente.

À auditoria interna, nos termos estatutários, competirá aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

¹⁰ Atualmente contratado: BDO RSC Auditores independentes SS

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Na rotina operacional, cada unidade procede aos seus controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros, sendo que com a implantação do Sistema de Gestão Integrado, outra meta cumprida, haverá mais segurança das informações.

No âmbito do controle externo, a PBH Ativos participa de audiência pública, anualmente, perante as Comissões de Administração Pública ou Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte,

Além disso, a Secretaria Municipal de Fazenda, órgão ao qual a PBH Ativos está tecnicamente vinculada, a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais procedem à fiscalização pontual das atividades da Empresa, sempre que entendem necessário.

Em relação ao último exercício social, vale destacar, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a empresa estatal está exposta, conforme Plano Estratégico 2017/2021 e revisado para Plano Estratégico 2019-2023.

3. Fatores de risco

No desenvolvimento de suas atividades a PBH Ativos identificou na análise SWOT do Plano Estratégico 2019-2023 os seguintes fatores de riscos:

- a) Alterações e inovações legislativas;
- b) Ações judiciais;
- c) Arrecadação reduzida de forma a afetar o limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida - RCL (PPPs);
- d) Capacidade financeira limitada para a constituição de garantias para as PPPs;
- e) Fim da operação de debêntures, com conseqüente redução de receita;
- f) Pouco conhecimento da concorrência no mercado de consultoria em projetos de infraestrutura;
- g) Novos profissionais nomeados não estarem tecnicamente nivelados;
- h) Incerteza sobre alíquotas tributárias aplicáveis, em razão da inexistência de legislação específica.

4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Conselho de Administração, promovendo a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios anual e da estratégia de longo prazo, entende que a PBH Ativos vem atuando satisfatoriamente, com propriedade técnica, na consecução dos seus objetivos sociais, considerando, em especial:

a) **Securitização:** o comportamento do *covenants* (índices de acompanhamento das garantias) vem atendendo plenamente as premissas da escritura pública das Debêntures de Mercado, que consistem no índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados mensalmente pelo Agente Fiduciário – Pentágono, sendo que o quadro atual da operação de securitização pode ser assim resumido¹¹:

DEBÊNTURES SUBORDINADAS	
TOTAL EMISSÃO	880.320.000,00
VALOR AMORTIZADO	609.328.239,98
SALDO DEVEDOR	408.553.961,16
DEBÊNTURES DE MERCADO	
TOTAL EMISSÃO	230.000.000,00
VALOR AMORTIZADO	245.511.938,08
VALOR JUROS PAGOS	51.122.552,95
SALDO DEVEDOR	28.323.805,44

b) **Garantias nas PPPs:** a PBH Ativos garante os contratos de concessão administrativa da Educação e do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, nos valores¹² de R\$ 25.898.934,94 e R\$ 74.834.230,03, respectivamente;

c) **Modelagem de projetos:** atuação em conformidade com o Contrato de Metas e Desempenhos 2017, celebrado com o Município, para a consecução de políticas públicas desse, com resultado superior à média dos demais órgãos e entidades do Município de Belo Horizonte, mesmo com metas desafiadoras. E bom andamento da execução do Contrato de Metas e Desempenhos 2018, do qual aguarda-se as entregas finais e o fechamento do período.

¹¹ Dados de 19/11/2018, conforme Gerência Financeira.

¹² Saldo bancário em 30/11/2018, conforme Gerência Financeira.

5. Políticas e práticas de governança corporativa

Em atenção à Lei das Estatais a PBH Ativos elaborou série de políticas que vão ao encontro das melhores práticas de governança corporativa:

- a) Política de Integridade e Anticorrupção;
- b) Política de Gestão de Riscos;
- c) Código de Conduta Ética e de Integridade;
- d) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- e) Política de Classificação de Informações;
- f) Política de Distribuição de Dividendos;
- g) Política de Gestão de Pessoas;
- h) Política de Indicação;
- i) Política de Porta Vozes;
- j) Política de Divulgação de Informações;
- k) Política de Transação com as Partes Relacionadas.

Além disso o Estatuto da Companhia foi reformado e o Regimento Interno editado.

Nessa seara, destaca-se o Código de Conduta Ética e de Integridade que, em atenção aos programas de *compliance* e gestão de riscos, preza pela transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, que são princípios basilares para a governança corporativa.

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos estabelece os princípios e normas de conduta aplicáveis aos agentes vinculados de qualquer forma e período à PBH Ativos, com o objetivo de disseminar valores éticos, de lisura e integridade, inclusive à alta administração.

O instrumento apresenta, de forma pormenorizada, as regras, recomendações, condutas vedadas, penalidades e forma de apuração de possíveis atos contrários aos valores da companhia. A apuração de falta ética é realizada pela Comissão de Conduta Ética e de Integridade por um rito transparente que preserva a ampla defesa e o contraditório.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

Observa-se, ainda, atenção para com os canais de denúncia e preocupação da companhia com a proteção do anonimato, bem como, com mecanismos que impeçam qualquer espécie de retaliação ao possível denunciante.

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos prevê que as denúncias relativas ao descumprimento do Código e das demais normas internas de ética e obrigacionais, são de competência da Comissão de Conduta Ética e de Integridade e devem ser feitas pelo site da PBH Ativos S.A, no endereço www.pbhativos.com.br, no campo específico identificado pela Governança Corporativa – Canal de Denúncias.

6. Descrição da composição e da remuneração da administração

A remuneração dos Administradores da sociedade não é afetada por indicadores de atuação da empresa. É norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010.

É assegurado aos Diretores eleitos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.


Nome	Cargo	Remuneração (R\$)
Fuad Jorge Noman Filho	Conselheiro de Administração	4.405,10
Pedro Meneguetti	Conselheiro de Administração	4.405,10
Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes	Conselheiro de Administração	4.405,10

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017/2018

André Abreu Reis	Conselheiro de Administração	4.405,10
Maria Fernandes Caldas	Conselheiro de Administração	4.405,10
Paulo Roberto Lamac Júnior	Conselheiro de Administração	4.405,10
Adriana Branco Cerqueira	Conselheiro de Administração	4.405,10
Leonardo de Araújo Ferraz	Conselheiro de Administração	4.405,10
Josué Costa Valadão	Conselheiro de Administração	4.405,10
Pedro Meneguetti	Diretor Presidente	20.845,72
Soraya de Fatima Mourthé Marques Lage	Diretora Executiva	17.112,16
Beatriz de Moraes Ribeiro	Diretora de Negócios	17.112,16


A remuneração dos administradores também é divulgada no site institucional¹³

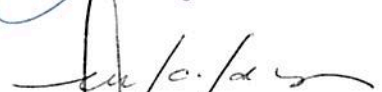
Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2018.



Fuad Jorge Noman Filho


Pedro Meneguetti

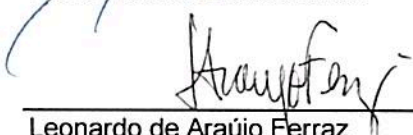

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes



André Abreu Reis


Maria Fernandes Caldas


Paulo Roberto Lamac Júnior


Adriana Branco Cerqueira


Leonardo de Araújo Ferraz


Josué Costa Valadão

¹³ <http://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>